

RELAÇÕES DE TRABALHO E NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA: o caso das mulheres trabalhadoras da Bahia

Mariângela Nascimento¹

Resumo:

O deslocamento da indústria calçadista para o sudoeste da Bahia faz parte das mudanças da atual fase do capitalismo. As trabalhadoras dessa região desconheciam o trabalho fabril; essa nova realidade se apresenta para elas de forma impactante onde valores, afetos, hábitos e concepção de mundo são fortemente alterados e refletem a nova composição do trabalho. As trabalhadoras disciplinadas a partir de linha de montagem aprenderam a conviver em rede como método de organização da produção. E, simultaneamente à realidade da rede produtiva, outra forma de rede foi sendo construída, a rede de cooperação e comunicação, emergindo daí novas subjetividades e resistências no ambiente de produção. De trabalhadoras rurais e domésticas que não tinham a comunicação e a cooperação como parte do seu trabalho, passam a ser detentoras desta capacidade comunicativa e colaborativa, fundamental ao processo produtivo. A construção das relações de cooperação e comunicação tornou não apenas mais produtiva as atividades laborais, mas promoveu o surgimento de novas formas de resistência e estratégias de “fuga”.

Palavras-chave: trabalho, mulher, desemprego, direito de fuga, resistência.

Abstrat:

The relocation of the footwear industry to the southwest of Bahia is part of the changes of the current phase of capitalism. Women workers from this region had no experience of factory work; this new reality presented itself to them in an impacting manner in that values, emotions, habits and worldviews were strongly altered, reflecting the new composition of work at play. Women workers ‘disciplined’ in the assembly line learned to live as part of a network as a method of organizing production. Paralleling the development of the production network, another one was being built -, that of cooperation and communication – giving rise to the emergence of new subjectivities and forms of resistance in the production environment. From rural and domestic workers who had no communication and cooperation skills as part of their work, women workers in the assembly line gained news collaborative and communicative abilites, fundamental to the production process. But the development of cooperative and communication relations not only contributed to more productive work activities, but also promoted the emergence of new forms of resistance and strategies for "escape."

Keywords: work, women, unemployment, vanishing right resistance

¹ Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos – UFBA

APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa que realizamos no sudoeste da Bahia com as trabalhadoras da indústria Vulcabras/Azaléia. Para o estudo e análise desses resultados utilizamos conceitos e categorias que nos permitiram identificar e compreender “um dado estado de coisas” não como reações defensivas e vitimizadas pelas mulheres, mas como formas de resistência diferenciadas daquelas formas tradicionais de lutas no mundo do trabalho. Para isso priorizamos as referências teóricas de autores como Toni Negri, Michael Hardt, Giuseppe Cocco, que nortearam as nossas investigações sobre as mudanças estruturais do capitalismo e do mundo do trabalho, e recorreremos às análises sociais de autores como Sandro Mezzadra, Leonora Corsini, Cesar Altamira, César Sanson, entre outros, que nos forneceram ferramentas teóricas importantes para nos ajudar a compreender as novas formas de resistência e luta.

A pesquisa com as trabalhadoras da indústria calçadista teve início em 2011 quando fizemos o diagnóstico socioeconômico e cultural da região e a avaliação do impacto social com a chegada da indústria calçadista. Em seguida, procuramos conhecer, através de depoimentos e entrevistas, o significado do trabalho fabril para as mulheres e as transformações ocorridas nas suas vidas. Em 2012 retornamos a região para pesquisar as condições das trabalhadoras que forma desempregadas pela indústria calçadista e identificar as consequências do fechamento da maior parte das unidades fabris da indústria Vulcabras/Azaléia.

Em novembro de 2012, a indústria Vulcabras/Azaléia, instalada na região sudoeste da Bahia desde 1999/2000, anunciou o fechamento da maioria de suas unidades de produção. Em vários municípios foram encerradas as atividades da indústria calçadista, deixando milhares de trabalhadoras/es desempregadas/os (mais de 4.000 desempregos em dezembro de 2012).

A economia dessa região sempre teve como base de produção as atividades da pecuária de corte, que é a principal fonte de trabalho do/a homem/mulher local, geralmente sem vínculo empregatício e com trabalho temporário. A maioria das trabalhadoras ainda tem a sua remuneração concentrada quase totalmente na atividade rural e doméstica, em condições socialmente precárias. A atividade pecuária nesta

região é praticada até os dias atuais nos moldes tradicionais de criação extensiva, nas grandes e médias propriedades, o que indica baixa empregabilidade. Este é o contexto socioeconômico e cultural das moradoras da região, que viram no trabalho fabril, com a chega da indústria calçadista Vulcabras/Azaleia, uma oportunidade de reverter a condição social precária e conquistar melhoria de qualidade de vida.

A instalação da indústria calçadista na região sudoeste da Bahia significou alterações estruturais na região: crescimento do comércio, alternativas de qualificação técnica e profissional, deslocamento de famílias moradoras na região rural para o centro urbano, esses são alguns exemplos. Trouxe, em especial, mudanças na vida das trabalhadoras que desconheciam a realidade fabril; as mulheres empregadas pela indústria calçadista trabalharam antes no campo e em atividades domésticas. Também trouxe, na sua concepção e organização do processo produtivo, as transformações do mundo do trabalho desencadeadas pela nova fase do capitalismo.

A transferência do complexo industrial calçadista Vulcabras/Azaleia, ao sair do Sul para o nordeste brasileiro, indica a sua inserção no processo de transformação das relações produtivas, adota assim a nova morfologia do trabalho, que altera desde a estrutura do processo produtivo à precarização/flexibilização do trabalho, desde as novas formas de divisão técnica de produção ao novo perfil do trabalhador. A Vulcabras/Azaleia é uma indústria de grande porte e competitividade internacional, e sua estratégia de alta produtividade e lucratividade é inerente à dinâmica capitalista: utiliza mecanismos de superexploração do trabalho, que são evidenciados nos conflitos crescentes entre trabalhadores/as e empregadoras/es.

Entretanto, independentemente das mudanças na concepção e organização do trabalho, a presença dessa indústria na região, se trouxe benefícios como indica os resultados da pesquisa, também trouxe os malefícios: se, de um lado, a instalação desta indústria com apoio fiscal dos governos federal, estadual e municipal trouxe para a região as possibilidades de crescimento econômico e melhoria de qualidade de vida das/os trabalhadoras/es, por outro, trouxe também problemas, como a especulação imobiliária, as doenças provenientes do uso de produtos tóxicos (aumento do diagnóstico de câncer em trabalhadores dessa indústria), alto índice de vítimas de Lesões por Esforços Repetitivos – LER e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT e a elevação do custo de vida, entre outros problemas apontados pelas trabalhadoras na pesquisa realizada.

É nesse universo de transformação da convivência social e profissional das trabalhadoras, que verificamos mudanças substantivas de comportamento, de visão de mundo, bem como o surgimento de novos desejos, de novas necessidades, de novos afetos, e assim por diante. Símbolos são (re)construídos neste novo universo de convivência social e profissional, uma nova simbologia expressa tanto as novas formas de vida como as mudanças na organização e concepção do trabalho que vêm acontecendo nas últimas décadas no mundo capitalista.

Portanto, com a instalação da indústria calçadista Vulcabras/Azaléia, tais mudanças tiveram um sentido duplo. Primeiro, houve alteração do cenário de uma vivência rural, levando as trabalhadoras a criarem novo modo de vida - ou seja, novas subjetividades emergiram nesse cenário de mudanças; depois, o fechamento de muitas das suas unidades fabris, desempregando cerca de 80% dos trabalhadoras/es (a maioria mulheres) colocou em evidência um outro cenário, um cenário de resistência e reação em busca de alternativas, envolvendo principalmente as mulheres chefes de família, que foram mais de 70% desempregadas.

NOVA COMPOSIÇÃO DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Para entender o significado da chegada da indústria calçadista no interior da Bahia, é necessário identificar alguns pontos que definem a nova fase do capitalismo, que traz mudanças substantivas no processo de produção e nas relações do trabalho. O que explica, de certo modo, o deslocamento da indústria do Sul para o Nordeste do país.

Podemos começar com a afirmação de Hardt e Negri (2004) de que hoje, com as mudanças nas relações do trabalho capitalista, desapareceram os muros que separavam a realidade da fábrica e a vida da sociedade, ou seja, a perda dessa fronteira significou a transposição da lógica da produção para toda a sociedade. A sociedade, portanto, se transformou numa grande fábrica.

O capitalismo, nas últimas duas décadas, promoveu mudanças radicais no mundo do trabalho, uma dessas mudanças é a inserção de todas as atividades realizadas na sociedade como parte do processo produtivo, o que nos permite afirmar que nenhuma atividade hoje está fora do processo de produção. Todas as atividades são produtivas, produzem e reproduzem o capital; por isso, as regras que monitoravam os processos produtivos e os mecanismos de exploração, desenvolvidos dentro da fábrica,

difundiram-se permeando e definindo todas as relações sociais. O trabalho passa a ter outros elementos além do esforço físico e manual, como o conhecimento, a criatividade, o desejo, o afeto; esses elementos são parte constitutiva das atuais formas de produção e do valor do trabalho.

A novidade desta nova fase do capitalismo, também chamada de pós-industrial ou pós-fordista, que domina o mundo globalizado e financeiro, é que há uma convergência da produção do capital com a produção da vida. Sendo assim, na medida em que o trabalho se movimenta e se expande fora dos muros da fábrica, não tem como distinguir entre o trabalho produtivo e o improdutivo, nem entre o tempo do trabalho e o tempo da vida.

Nessa transição para um novo modelo de produtividade, são praticadas uma nova concepção e organização da linha de montagem e relações sociais. A linha de montagem tem sido substituída pela rede como método de organização da produção, introduzindo as formas de cooperação e comunicação dentro de cada lugar que produz e entre os lugares de produção. A rede de cooperação/comunicação no trabalho, portanto, não requer território nem centro físico. Por isso, o trabalho não pode ser visto apenas como uma atividade qualquer, produtora de bens materiais, de coisas que serão consumidas, desaparecendo assim que surgem no mundo, mas como atividade específica, socialmente reconhecida como produtora de valores, uma força ativa de negociação e de afirmação, que está presente em todas as mercadorias e é substância comum de todas as atividades de produção. Como explica Sanson:

Hoje se exige mais do trabalhador; não apenas o seu trabalho material, mas também o seu trabalho imaterial. Demanda-se um trabalhador que, para além de sua energia física, contribua com sua inteligência. Nesse sentido, o mundo do trabalho se tornou mais complexo. Agrega-se ainda aos fatores anteriores, o ataque de ordem econômico e política ao mundo do trabalho. A regra é a da desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho. (SANSON,2009,p.23)

O trabalho, nessa nova fase, colocou o/a trabalhador/a num emaranhado de redes e promoveu uma extensa interação e cooperação por toda a sociedade; tornou-se, de fato, o centro de toda a ação humana, ele está presente em todas as dimensões da vida, desde a intelectual à fabricação, a afetiva à comunicação. Há, portanto, uma mobilidade do trabalho cada vez mais acelerada nesse novo cenário e a difusão da produção em redes de circulação tornou-se o novo modo de organizar as relações produtivas:

A divisão do trabalho em tarefas especializadas e hierarquizadas está virtualmente abolida; assim como está a impossibilidade, na qual se encontravam os produtores, de se apropriar dos meios de produção, e de autogerir-los. A separação entre os trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está, pois virtualmente abolida; os meios de produção se tornaram apropriáveis e suscetíveis de serem *partilhados*. (GORZ, 2005,p.21).

Há, portanto, coisas novas no mundo do trabalho. Mudam as condições subjetivas decorrentes das novas exigências e das condições reais do tempo da produção e do tempo da vida. Essas condições possibilitam o surgimento de novas subjetividades, ou seja, de novas formas de estar no mundo, que dizem respeito, por sua vez, aos novos modos de agir e interagir, que se recompõem em redes de comunicação, de produção, de troca de informações, de relações nos muitos mundos possíveis que compõem o real. Com a transição do modo fordista de organizar o trabalho para o pós-fordismo, surge, portanto, a partir da nova composição do trabalho, uma nova ideia de subjetividade:

[...] no momento em que todos os fenômenos importantes passaram a implicar diretamente dimensões de desejo, de antagonismo e de diferença, começou a ganhar força a ideia de uma subjetividade dissociada de conceitos como indivíduo ou individualidade. É uma subjetividade da ordem da produção e que produz, dentre outras coisas, o próprio sujeito, num processo contínuo, imprevisível e aberto. [...] a constituição do mundo e das subjetividades que o habitam pode ser pensada como uma produção incessante que não tem mais como ponto de partida um sujeito definido a priori, mas que parte das diversas possibilidades de ser, de existir, que se abrem a partir dos encontros entre as múltiplas e diferentes subjetividades e das relações com o Outro (entendido como lugar ou ser da diferença) e com o mundo. (CORSINI, 2007, p.20).

A partir de tais mudanças, todo(a) trabalhador(a), portador(a) de subjetividades, é a força que transforma o trabalho e, ao mesmo tempo, é transformado(a) por ele. É um caminho de mão dupla. Essa permanente atuação em redes produz novas subjetividades que incidem na constituição do(a) trabalhador(a) enquanto sujeito que produz e no trabalho que ele/a executa. Portanto, o trabalho realiza-se por um conjunto de singularidades que cooperam sem se fundir em uma massa homogênea, há uma dinâmica coletiva de singularidades em cooperação, em que o momento do trabalho se confunde com a própria produção da vida.

São as subjetividades que emergem dessa estreita relação do tempo de produção e do tempo da vida que nos permitem identificar os impactos sociais, econômicos e culturais com a chegada da indústria em uma realidade rural no interior da Bahia.

NOVAS FORMAS DE RESISTÊNCIA E LUTA

A realidade que nos propomos a pesquisar é, sem dúvida, um caso de simbiose da era industrial e da fase pós-industrial do capitalismo. A indústria Vucabras/Azaléia se insere na realidade de transformações no mundo do trabalho, ao mesmo tempo conserva muitas das características da fase fordista. Tais condições proporcionaram reações surpreendentes para um universo onde as trabalhadoras desconheciam a realidade fabril. Trata-se de uma região em que as trabalhadoras rurais e domésticas tornaram-se operárias de chão de fábrica, de trabalhadoras que aprenderam ao longo das suas vidas o manejo da criação pecuária e doméstica, passaram a lidar com o manejo de máquinas industriais.

Esta nova realidade se apresenta de forma impactante, em que valores, afetos, hábitos e concepção de mundo foram fortemente alterados e refletem o novo processo produtivo. Símbolos são construídos neste novo universo de convivência social e profissional, inseridos numa realidade de mudança global e local no mundo do trabalho que exige novas estratégias de relações de produção e sociais. Portanto, essas trabalhadoras disciplinadas a partir de linha de montagem também aprenderam a conviver em rede como método de organização da produção. Mudança de paradigma que sinaliza outra compreensão das relações do trabalho: a de que o trabalho não se realiza numa competição feroz como antes, mas num compartilhamento, através de redes produtivas, comunicativas e colaborativas; contrária à sociedade industrial da manufatura e do fordismo, quando, lembra Sanson (2009), a relação com a produção fazia-se silenciosamente, pois a máquina-ferramenta não permitia uma interação colaborativa. A comunicação e a cooperação entre os/as trabalhadores/as são parte integrante da natureza do trabalho. Essas mudanças ocorreram quando a fábrica do passado deu lugar à fábrica sem muros do presente, a exploração e a mais-valia se estenderam a toda sociedade, a uma extensa rede da qual as/os trabalhadoras/es foram imersos e conectados para manter o capital em movimento. As/Os trabalhadoras/es passam a ser exploradas/os na sua capacidade de cooperação para produzir. E o sistema produtivo oferece as redes comunicacionais provenientes da tecnologia avançada da informação e comunicação que possibilitam o capital apropriar-se, cada vez mais, da capacidade comunicativa da/o trabalhador/ra social em qualquer canto do mundo. (NEGRI, 2004) O que caracteriza a nova composição do trabalho é o fato dele não produzir somente mercadorias, mas acima de tudo relações.

Assim como essas redes foram introduzidas na organização da produção, outras formas de rede foram sendo construídas como respostas à nova organização fabril, promotora de uma crescente socialização do trabalho: as redes de cooperação e comunicação por iniciativa das/os trabalhadoras/es como estratégia de resistência e luta. É através dessas redes de cooperação e comunicação que emergem novas formas de enfrentamento das condições reais de produção, novas formas de resistência.

No período fordista, uma das principais formas de resistência e luta dos movimentos operários consistia na paralisação do trabalho, incluindo greves, boicotes, operações tartaruga etc. A resistência, nessa perspectiva tradicional, teria uma dimensão de oposição, de contrariedade, mas, afirma Corsini (2007) a resistência também pode ser pensada e praticada a partir de outras possibilidades de existir, que conferem à resistência uma dimensão que não é em si mesma nem totalmente negativa, nem essencialmente positiva. Resistir, nesse caso, incluiria, simultaneamente (e não contraditoriamente), uma porção afirmativa e uma porção negativa da ação como reexistir, experimentar outras possibilidades que já se encontram virtualmente presentes (CORSINI, 2007).

A construção de uma resistência no interior do novo horizonte em que os sujeitos sociais surgem e se consolidam por meio da realidade das redes de cooperação e comunicação não depende mais, para se firmar como força política, da mediação realizada pelas instituições, como exemplo o sindicato. Hoje é inegável o peso das redes de comunicação no processo das lutas. A tendência é de cada vez mais romper com os limites da comunicabilidade, utilizando os avanços da tecnologia de informação e comunicação para a luta se valer desses novos meios, permitindo seguir e tomar todas as direções, de modo transversal e ondular.

Essas foram as condições identificadas nas ações das trabalhadoras da indústria calçadista, que resistiram e enfrentaram as condições adversas longe do apoio sindical e das preocupações dos governantes que viabilizaram a ida dessa indústria à região baiana.

TRABALHO E VIDA

A nova composição do trabalho passou a atribuir à classe trabalhadora um papel ativo, de sujeito de poder, em contraposição àquela ideia predominante do marxismo

tradicional que atribuía a essa classe um papel de subordinação diante dos mais diversos mecanismos de dominação e exploração, sempre recorrente aos instrumentos institucionais de intervenção e mediadores da luta política.

Portanto, outra análise é possível e se contrapõe a essa percepção do sujeito subordinado e constrói a sua base teórica em um sujeito ativo que transforma o trabalho numa categoria conceitual que oferece a base para a crítica imanente, na qual o trabalho – na sua acepção ampla de inserção no capital – passa a ser a referência analítica. O trabalho, seguindo a definição de Toni Negri em seu livro “O Trabalho de Dionísio”, é visto numa outra perspectiva, não mais estático, mas em movimento, numa natureza dinâmica e diacrônica que implica uma ressignificação do conceito força de trabalho. Agora o que está posto é a transformação do sujeito do trabalho na sua relação com a produção. A classe trabalhadora se apresenta como força social que preserva a sua autonomia na luta contra as relações capitalistas de produção. Por isso, o verdadeiro motor do desenvolvimento da sociedade capitalista não se revela no espírito empreendedor do capital, mas sim no antagonismo e dinâmica postos em jogo pela classe trabalhadora na sua luta pela libertação.

Neste caso, o capital deve ser visto como uma força conservadora que vê estimulado o seu desenvolvimento e a sua capacidade de inovação pelo antagonismo da classe trabalhadora (ALTAMIRA,2008). A natureza crítica dessa análise elege como suporte teórico a base materialista da prática real da classe trabalhadora. É assim, seguindo esse raciocínio, que se combate toda a abstração teórica que se afasta da prática concreta dos trabalhadores em ação. É preciso, por isso, fazer e localizar a análise crítica diretamente do movimento real dos trabalhadores da nova fase de estruturação do capital – a pós-industrial –, valorizando as lutas, os encontros e os acontecimentos da vida de modo geral. O trabalho concreto do dia a dia é o ponto de partida de toda crítica ao capitalismo e a fonte de uma potente subjetividade que se tornará a motivação das lutas e resistências ao capital e que fará surgir o sujeito ativo. Portanto, a análise acerca das atuais transformações do mundo capitalista deve ser referida e elaborada a partir de um amplo complexo da experiência produzida pela vida social e real.

O/A trabalhador/a, identificado/a como sujeito ativo, é aquele/a que se constitui na sociedade como produtor/a da vida; ele/a é o sujeito emblemático de uma força de trabalho autônoma e organizada que expressa sua recusa a toda forma de

mediação com o capital. Ao contrário, o sujeito subordinado é construído pelos mecanismos de dominação capitalista e o sujeito ativo é um produtor de subjetividades que constitui e revela a natureza do ser e da organização da sociedade. Nesse caso, a subjetividade é pensada como um processo de produção, como algo que se transforma através das relações e dos encontros, não sendo algo que já existe previamente. As subjetividades são resultantes de entrecruzamentos de determinações coletivas de várias espécies, não só social, mas econômica, tecnológica, de mídia etc. Por isso, a constituição de subjetividades é incessante e não tem como ponto de partida um sujeito definido *a priori*, mas se constitui a partir das diversas possibilidades do ser, que se abrem aos encontros e as relações entre as diferentes e múltiplas singularidades, e com o mundo.

O sujeito ativo, portanto, constitui-se sob as bases das necessidades e desejos, transformando a subjetividade num paradigma que fundamenta o modelo de organização transformadora, de uma organização constituída no próprio processo de trabalho e não em especulações idealistas sem sustentação prática. Essa é a forma de organização imanente ao processo produtivo. A emersão das subjetividades, portanto, ocorre a partir das condições reais das lutas dos trabalhadores/as.

A constituição do sujeito ativo não passa apenas pela crítica do capital, mas, necessariamente, pelas mudanças profundas que alteram significativamente o tempo do trabalho e o tempo da vida. Esse sujeito surge como uma nova força elaborada pela teoria da subjetividade das/os trabalhadoras/es, com os movimentos das forças subjetivas que dinamizam as lutas das/os trabalhadoras/es.

O sujeito ativo, pensado a partir dessa perspectiva, busca novas formas de organização política e novas práticas de resistência ao capital. A base dessa organização e resistência encontra-se no próprio espontaneísmo da classe trabalhadora, da sua capacidade relacional, que será a fonte de produção de subjetividades. A expressão espontânea desses movimentos vai culminar em um novo modo de vida, tornando as subjetividades em força transformadora.

A espontaneidade incide no fato de que a expressão das/os trabalhadoras/es não provém de nenhuma organização externa, como o sindicato, por exemplo, mas nasce diretamente das próprias condições materiais encontradas no seu dia a dia. O sujeito é definido a partir de sua composição material de luta, do salário, de sua localização, das suas condições de vida, da identidade cultural, dos afetos, ou seja, das condições

materiais e imateriais de produção. O sujeito ativo deve ser definido no marco das condições sociais reais e a partir da relação da/o trabalhador/a com o seu trabalho. Portanto, não se está diante de uma categoria baseada em especulação idealista, mas do reconhecimento de uma tendência real no mundo do trabalho, que coincide com o mundo da vida.

A FUGA DAS MULHERES

Em 2011 e 2012 realizamos uma pesquisa com as trabalhadoras da indústria Vulcabras/Azaleia no sudoeste da Bahia, os resultados dessa pesquisa nos revelaram que as mulheres são a maior força de trabalho contratada pela indústria: mulheres oriundas do trabalho rural e doméstico. Mais de 80% dessas trabalhadoras viviam no campo e se deslocaram em direção a cidade para conciliar as atividades domésticas e familiares com as atividades fabris. Nos encontros que realizamos em 2011, as mulheres afirmaram que a inserção no mercado de trabalho formal, com carteira de trabalho, em ambiente fabril de convívio diário coletivo, mudou a suas vidas de forma impactante, uma vez que valores, afetos, hábitos, desejos foram alterados.

A entrada no mundo fabril, sem dúvida, significou para essas mulheres melhoria de qualidade de vida, poder de aquisição e autoestima, entretanto, trouxe também novos desafios e enfrentamento na busca por dignidade enquanto trabalhadoras e mulheres. Com o trabalho assalariado as mulheres passaram a enfrentar as muitas jornadas de trabalho, de produção e reprodução, com horários não flexíveis e falta de estrutura para se afastarem das atividades familiares.

Alguns resultados da pesquisa foram fundamentais para identificarmos essas mudanças, vejamos: aproximadamente 80% das mulheres eram responsáveis pela produção e mais de 90% trabalharam em mais de um setor fabril. Algumas mulheres atuaram em mais de cinco setores diferentes na indústria. Quase todas as trabalhadoras que participaram da pesquisa afirmaram ter trabalhado em vários setores da fábrica, sendo necessário o conhecimento de toda a organização fabril e das atividades da produção de calçados. Ou seja,

no lugar da especialização da tarefa, surge a polivalência, a especialização em mais de uma tarefa; no lugar do trabalho solitário, emerge o trabalho em equipe. O chão de fábrica se faz menos assimétrico e mais horizontal. Específico do novo modo produtivo no

locus do trabalho é que se soma à energia física exigida, a energia intelectual.. (SANSON,2009, p.8)

Em vista disso, passaram a frequentar programas de cursos profissionalizantes, ensino escolar e outras qualificações. A qualificação do/a trabalhador/ra é uma exigência necessária e estratégica no processo produtivo, com bem define Negri:

Uma indicação da importância crescente do trabalho [...], pelo menos nos países dominantes, é a tendência dos empregadores para enfatizar a educação, a atitude, a personalidade e o comportamento ‘pró-social’ como capacitações primordiais necessárias aos empregados. Trabalhador com uma boa atitude e traquejo social é outra maneira de designar um trabalhador hábil no trabalho afetivo (NEGRI e HARDT, 2005, p.149).

Outro fator importante que a pesquisa revelou foi a prática de comunicabilidade e cooperação entre as trabalhadoras em virtude da nova organização do trabalho fabril. Quase 80% das mulheres se comunicavam no ambiente fabril para efetuar as suas atividades produtivas. De trabalhadoras rurais e domésticas que, na sua maioria, não tinham a comunicação e a cooperação como parte do seu trabalho, passaram a ser detentoras desta capacidade comunicativa e colaborativa, fundamental ao processo produtivo que demanda, cada vez mais, a inserção em redes. Ou seja, a construção das relações de cooperação e comunicação tornou não apenas mais produtivas as atividades laborais, mas essa produtividade se estendeu às outras esferas da vida. Tais condições foram impulsionadoras de novas subjetividades, que são dissociadas do conceito de indivíduo ou individualidade, pelo contrário, resultaram das relações entre as mulheres no processo produtivo e colaborativo, no próprio processo de produção da vida. Assim, as subjetividades ganham poder de resistência, pois se tornam mais híbridas, misturadas e espontâneas, não resultaram de elementos estáticos e referências externas, mas nasceram no meio das relações múltiplas e difusas, estendendo-se às muitas esferas da vida – é justamente essas novas condições do processo produtivo que dificultam o controle do capital. Um dos aspectos centrais no modo produtivo pós-fordista é o trabalho em equipe, aqueles/as trabalhadores/ras que adquiriram a habilidade comunicativa dentro e fora da fábrica dominam melhor os espaços em que a interatividade no processo produtivo é exigida. A concepção de organização do trabalho pós-fordista se vale do tempo do não-trabalho, adquiridos no trânsito da vida cotidiana, do tempo da vida, ou seja, das experiências e conhecimentos vivenciados fora do processo produtivo.

Isso nos permite identificar um novo conjunto de referências valorativas e comportamentais no mundo do trabalho, que podem ser definidos pela capacidade de compartilhamento e de colaboração. Esse novo modo de agir e interagir, que se movimenta em redes de comunicação e cooperação no processo produtivo, de troca de informações e relações entre muitos, não apenas compõe o mundo do trabalho, mas o tempo de vida, que embaralham a realidade da fábrica aos desejos de consumo, as relações sociais às relações produtivas, e assim por diante. A inserção das trabalhadoras no sistema de redes produtivas provocou a reação através de inúmeros elementos coordenados e encadeados, fazendo assim emergir os processos de subjetivação, resistência e insubordinação. Em razão disso, não se fala mais da resistência do indivíduo, mas da reação das múltiplas subjetividades.

Essa nova experiência, a nova dinâmica coletiva de indivíduos em cooperação, vai além da produção de valores estritamente econômicos do trabalho assalariado, é a vida produzindo outras formas de vida. É o agir e interagir criando redes colaborativas, laços afetivos, novos desejos e comportamentos, novas formas de sociabilidade, novos conhecimentos e novas formas de resistência. Essa forma de organização do trabalho e da capacidade produtiva colocaram as/os trabalhadoras/es em um lugar central nos circuitos produtivos e passaram, a partir daí, a realizar cada vez mais um trabalho imaterial, ou seja, aquele em que os recursos mais utilizados são o conhecimento, a comunicação e a cooperação.

Essa nova dinâmica produtiva atribui novos significados à vida e ao trabalho, e novas subjetividades são construídas e passam a expressar mudanças na inserção social, econômica, afetiva e cultural. É nesse contexto que verificamos, no caso dessas trabalhadoras, novas formas de enfrentamento e empoderamento diante das situações de superexploração.

Em 2012, retornamos com a pesquisa em um dos municípios afetados pelo fechamento das unidades de produção, quando aproximadamente 4 mil trabalhadores/as foram desempregados/as, a maioria mulheres. Na pesquisa, além do uso do questionário, obtivemos informações nas conversas com as mulheres desempregadas. Um dos temas das nossas conversas foi sobre a possibilidade de retorno às atividades domésticas e rurais, já que estavam desempregadas. A resposta foi negativa (75%), não existe a possibilidade de a trabalhadora retornar às atividades anteriores depois de ter adquirido a experiência de chão de fábrica, não apenas pela conquista da carteira

assinada, entre outras conquistas, mas principalmente pelos conhecimentos adquiridos. O conhecimento se tornou a principal força socialmente produtiva e libertadora.

Outra questão apresentada às mulheres foi a motivação do fechamento das unidades fabris na região, deixando quase 4 mil pessoas desempregadas: quase 80% apontaram como causa do fechamento das unidades produtivas na localidade, o excesso de “atestados médicos”, em razão das condições de trabalho e dos produtos químicos utilizados. A pesquisa anterior já havia revelado os graves problemas de saúde que as/os trabalhadoras/es estavam enfrentando. Foi grande o número de trabalhadoras/es com problemas de saúde sem nenhuma assistência médica por parte da indústria e do sindicato. O excesso de atestados médicos, segundo elas, foi um recurso de proteção coletiva, já que não contavam com o apoio do sindicato na luta por melhorias de condições de trabalho e assistência médica.

A luta das trabalhadoras, nessas condições, significou a recusa ao sindicalismo, todas as iniciativas ocorreram à margem do sindicato, pois não se sentiam representadas e não acreditavam nessa instituição. Ou seja, a resistência das trabalhadoras ocorreu por meio do “direito à fuga”, uma resistência que expressou a insatisfação com a situação em que elas estavam submetidas, uma ideia de resistência, como define Sandro Mezzadra (2012), que não privilegia apenas as práticas discursivas e o nível da ação individual, mas que passa a ocorrer através de ações não discursivas e coletivas, contrária às manifestações tradicionais de resistência, como a paralisação do trabalho. O “atestado médico”, portanto, tornou-se o recurso para boicotar e sabotar as atividades fabris e possibilitar a libertação de uma situação opressora e de descaso com a vida das trabalhadoras; foi uma estratégia para o reexistir, para experimentar alternativas possíveis. Podemos assim afirmar que a luta dessas mulheres foi declarada por uma recusa, justamente recusa de um presente: do que está dado, da vida que se tem, da exploração, do descaso, da humilhação, e assim por diante.

Ao perguntar-lhes sobre o futuro, a maioria sinalizou o interesse em ir para outras cidades com possibilidades maiores de trabalho, outras preferiam ficar na cidade e descobrir formas de gerar renda, ou seguir estudando. Ao questioná-las se gostariam de experimentar a alternativa de geração de renda através de trabalho cooperado em associações, afirmaram que, com a experiência do trabalho fabril por meio das relações de cooperação e trabalho coletivo, sentem-se preparadas para vivenciar essa nova relação produtiva e de cooperação. Algumas mulheres já tinham migrado para outras

idades, em alguns casos deixando os filhos com parentes. Outras, a maioria chefes de família, afirmavam estar preparadas para se deslocar em direção a cidades mais distantes, a exemplo de cidades do interior de Minas Gerais. Essa decisão não transpareceu, nas falas dessas mulheres, uma condição negativa, de vitimização, mas como novas possibilidades de trabalho, oportunidades e libertação. O desejo por libertação e a “recusa do trabalho” se constituem em uma força extraordinária, porque fugir da situação precária e desumana é uma maneira de se preparar para resistir às formas típicas de exploração do trabalho. Cabe aqui reproduzir a citação de Negri e Hardt: “Se os pobres [...] fossem apenas vítimas passivas da injustiça, da opressão e da exploração, não seriam considerados entre as classes perigosas”. O perigo que os autores se referem reside na capacidade que os trabalhadoras/es têm em construir relações sociais e ser uma ameaça a estabilidade da qual depende o capital.

Nesses termos, e seguindo a análise feita por Sandro Mezzadra no seu livro “Direito de fuga” (2012), interpretamos o processo que resultou no fechamento de várias unidades fabris, como a manifestação da recusa ao trabalho de superexploração as quais as mulheres estavam submetidas: mais de 8 horas de trabalho em pé, exigência de cumprimento de horas extras, salário mínimo sem direito a uma assistência de saúde, pagamento de taxas (descontadas na folha de pagamento) para o transporte e alimentação, assédio moral e sexual² etc. O “direito à fuga”, em situações como essa, tem um sentido positivo e não negativo, é a recusa a uma situação de enormes dificuldades. A “fuga” apresenta-se, nesse sentido, como a possibilidade dos encontros com as múltiplas e diferentes subjetividades e de novas relações com o Outro e com o mundo. A análise dos resultados parciais da pesquisa aponta que o aprendizado durante o trabalho fabril, com uma nova dinâmica produtiva, fundamentada nas relações de comunicação e cooperação, fez emergir um novo modo de ver e agir no mundo do trabalho e no mundo da vida dessas mulheres, que construiu as condições reais para o enfrentamento das situações adversas e a busca por alternativas de viver e de trabalhar. Ou seja, essa dinâmica produtiva, coordenada e encadeada num sistema de redes e de movimentos flexíveis e flutuantes, fez emergir os processos de subjetivação, resistência e insubordinação. Portanto, essa pesquisa com as mulheres desempregadas da indústria

² Tivemos contato com 21 mulheres desempregadas pela indústria que preferiram ficar na cidade e criaram um prostíbulo como meio de auto-sustento. Em conversas com algumas dessas mulheres foi relatado que no ambiente fabril foram submetidas a toda forma de assédio moral e sexual, sofreram chantagens e ameaças de funcionários graduados. Muitas vezes a manutenção do emprego implicava na submissão a essas ameaças e chantagens. Uma das entrevistadas estava grávida de um dos funcionários graduados, vindo do sul do país, com o fechamento das unidades, retornou a sua cidade de origem.

calçadista no interior da Bahia tem permitido a identificação de algumas formas de resistência que implicaram a “paralisação” das atividades fabris, sem a mediação e representação do sindicato e mediações institucionais, a emersão de novas subjetividades como a expressão do ressignificado do tempo do trabalho e do tempo de vida, a mobilidade e circulação de pessoas como uma nova dinâmica produtiva e não como reação negativa. Apesar de todas as dificuldades apontadas, esse processo significou para as mulheres a abertura de um mundo de possibilidades e de grande potencial de transformação das suas vidas.

Referências:

- ALTAMIRA, César. *Os Marxismos do Novo Século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COCCO, G. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. *Trabalho imaterial : formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- _____. *Trabalho e Cidadania. Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- CORSINI, Leonora F. *Êxodo Constituinte: multidão, democracia e migrações*. Tese. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ, 2007.
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MEZZADRA, Sandro. *Direito de Fuga*. Rio de Janeiro: Edições Unipop, 2012.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *Glob(AL). Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NASCIMENTO, Mariangela. Movimentos sociais no Brasil em contexto de mudança: novos paradigmas e novas lutas. doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Pg.215
- NEGRI, Antonio, HARDT, Michael. *O trabalho de Dionísio – Para a crítica ao Estado pós-moderno*. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2004.
- SANSON, César. *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial* – doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009,163pgs.

- TELLES, Vera da Silva. *Transitando na Linha de Sombra, Tecendo as Tramas da Cidade*. Oliveira, F. e Rizek, Cibele S. (orgs.), *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.